

PLANO DE ATUAÇÃO 2026-2027

CAOEDUC

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DA EDUCAÇÃO



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará



**PLANEJAMENTO
ESTRÁTÉGICO**

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Herbet Gonçalves Santos

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL

Antônio Iran Coelho Sório

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA JURÍDICO

Luís Laércio Fernandes Melo

SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DE ADMINISTRAÇÃO

Francisco Diassis Alves Leitão

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DE GOVERNANÇA

Grecianny Carvalho Cordeiro

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CORREGEDORA-GERAL

Maria Neves Feitosa Campos

VICE-CORREGEDOR-GERAL

Luiz Alcântara Costa Andrade

OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Francisco André Karbage Nogueira

SECRETÁRIO-GERAL

Iuri Rocha Leitão

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - SEPLAN

SECRETÁRIO

Fabício Bello Soares

EQUIPE TÉCNICA

Alessa Vivianne Bezerra Carvalho – Gerente de Modernização Administrativa

João Paulo de Almeida Costa - Analista Ministerial

Marina de Castro Ribeiro Barbosa - Técnica Ministerial

Marciana Isabely Martins Pereira - Técnica Ministerial

Karine Silva Santos - Residente

Antonio Rhendson Barboza de Oliveira - Rresidente

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO

COORDENADOR

Antônio Forte de Souza Júnior

COORDENADORES AUXILIARES

Jucelino Oliveira Soares

Emilda Afonso de Sousa

EQUIPE TÉCNICA

Maíza Maria Ferreira de Araújo

Glauter Costa dos Santos

Rayssa Pinheiro de Barcellos Vieira

Cleilson Araujo Camara

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO

APRESENTAÇÃO.....	5
PALAVRA DO CAOEDUC.....	6
METODOLOGIA	6
DIAGNÓSTICO	7
PLANO DE ATUAÇÃO DO CAOEDUC	9
PROGRAMA CONVERGÊNCIA.....	17
MAPAS ESTRATÉGICOS.....	19
CONCLUSÃO.....	20

APRESENTAÇÃO

A elaboração dos Planos de Atuação do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) está alinhada às diretrizes estabelecidas pela Recomendação nº 01/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que incentiva a adoção de instrumentos de planejamento e gestão capazes de fortalecer a atuação estratégica, a resolutividade e a unidade institucional.

Os Planos de Atuação constituem instrumentos de gestão destinados a promover o alinhamento entre as ações desenvolvidas pelas unidades e os objetivos definidos no Planejamento Estratégico Institucional. Por meio deles, busca-se transformar diretrizes estratégicas em iniciativas concretas, orientando a atuação ministerial para resultados efetivos e para a geração de valor à sociedade.

Além de fortalecer a cultura do planejamento, esses instrumentos contribuem para a priorização de temas relevantes, a definição de metas e ações, o acompanhamento dos resultados e a melhoria contínua da atuação institucional. Sua construção deve considerar as especificidades de cada unidade, os desafios do contexto de atuação e as demandas da sociedade, sempre em consonância com a missão constitucional do Ministério Público e com vistas ao fortalecimento da atuação resolutiva, integrada e estratégica do Ministério Público do Estado do Ceará.

PALAVRA DO CAOEDUC

Como Promotor de Justiça, entendo que a nossa missão constitucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis exige uma atuação proativa, que supere o modelo meramente reativo. Diante da complexidade dos desafios contemporâneos, este Relatório de Planejamento Estratégico consolida os programas institucionais como ferramentas indispensáveis de transformação social, organizando nossos recursos para salvaguardar o direito fundamental à educação.

Nesse cenário de indução estratégica, a atuação do Ministério Público, por meio de seu Centro de Apoio Operacional da Educação, concentra esforços prioritários em duas frentes emergenciais: a fiscalização rigorosa da regularidade e segurança do transporte escolar, e o combate à violência no ambiente escolar — com especial enfoque no enfrentamento da sutil e perniciosa influência de organizações criminosas nas escolas cearenses, que ameaça a integridade de crianças e adolescentes. Traduzir o nosso compromisso legal em entregas concretas, protetivas e resolutivas é o caminho definitivo para liderar as soluções que a sociedade espera e merece.

METODOLOGIA

A elaboração do Plano de Atuação foi conduzida por meio de uma metodologia participativa, estruturada em etapas sucessivas de diagnóstico, análise estratégica e construção colaborativa das propostas de atuação.

Inicialmente, foi realizado um levantamento dos macrotemas relevantes para a área de atuação, os quais serviram de base para a definição do escopo do diagnóstico e para a construção dos instrumentos de coleta de dados. A partir desse trabalho preliminar, foi elaborado um formulário eletrônico na plataforma Microsoft Forms (Microsoft 365), direcionado a todas as Promotorias de Justiça do Estado do Ceará, com foco nas temáticas da educação e em aspectos de atuação transversal relacionados à área.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO

A coleta de informações ocorreu em maio de 2026, mediante a aplicação de questionário composto por questões fechadas e abertas, contemplando perguntas de múltipla escolha, escalas de percepção e espaços destinados ao registro de contribuições qualitativas. O objetivo foi obter um panorama abrangente sobre os principais desafios, oportunidades, necessidades e perspectivas identificados pelos membros do Ministério Público em sua atuação cotidiana.

Concluída a fase de coleta, os dados foram sistematizados e analisados sob diferentes perspectivas. Além da avaliação individual dos resultados, foram realizadas análises cruzadas entre variáveis e aplicada a metodologia da Matriz SWOT, possibilitando a identificação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas à área temática. Os achados dessa etapa subsidiaram a definição dos eixos estratégicos e dos programas que estruturam o presente Plano de Atuação.

Na etapa seguinte, foram realizadas, em agosto de 2026, as Oficinas de Elaboração dos Planos de Atuação, reunindo representantes da área para a construção colaborativa das propostas. Durante os encontros, foram aplicadas dinâmicas voltadas à definição do propósito institucional da área, dos objetivos específicos e das soluções estratégicas consideradas prioritárias para o período de vigência do plano.

Por fim, as contribuições obtidas nas oficinas foram consolidadas, organizadas e submetidas ao processo de validação final, resultando no presente Plano de Atuação, que traduz a visão compartilhada dos participantes e estabelece as diretrizes, programas e iniciativas voltados ao fortalecimento da atuação institucional na área da educação.

DIAGNÓSTICO

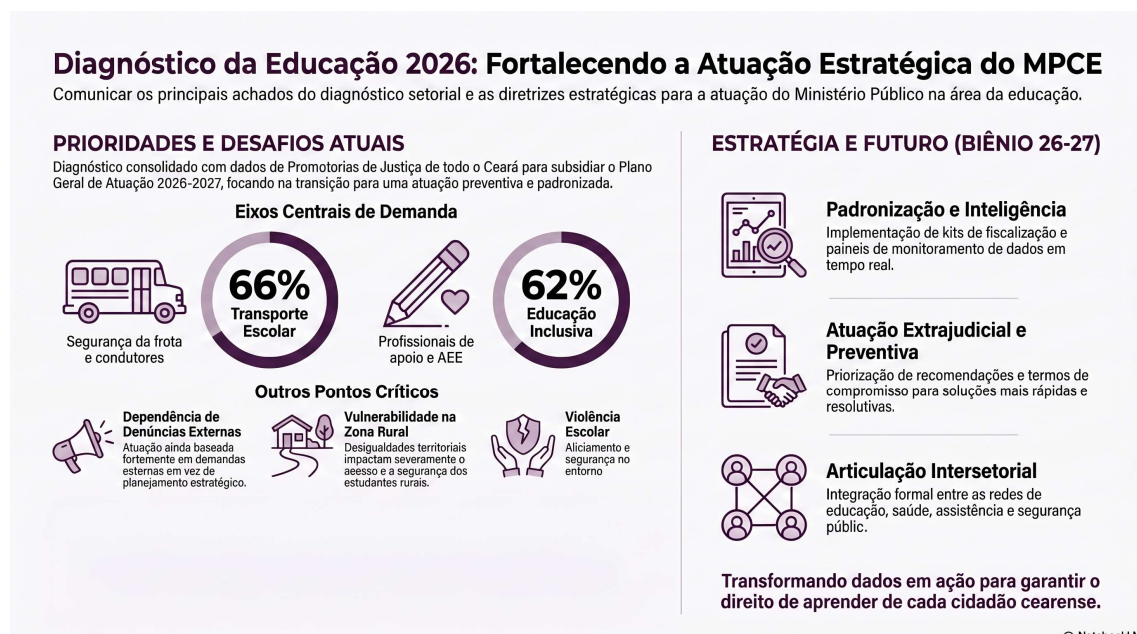
A análise consolidada das respostas evidenciou que a atuação do MPCE na área da educação está estruturada sobre bases relevantes — como capilaridade institucional, experiência prática e iniciativas locais resolutivas —, mas ainda marcada por fragmentação, heterogeneidade e limitações estruturais que impactam a padronização, o uso de dados e a articulação intersetorial. Os principais temas identificados, especialmente transporte escolar e educação inclusiva, concentram demandas recorrentes e operacionais, ao mesmo tempo em que revelam desafios estruturais que exigem atuação

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO

mais coordenada, preventiva e baseada em evidências, conforme apontado pelos próprios respondentes.

Ao mesmo tempo, o diagnóstico demonstra um cenário de alto potencial de evolução institucional, sustentado pela convergência entre as demandas locais e as diretrizes nacionais do CNMP, sobretudo nos eixos de dados, integração e governança. A consolidação dessas oportunidades exige direcionamento estratégico, padronização de práticas e fortalecimento da atuação em rede.

Mais do que registrar fragilidades, este diagnóstico evidencia um ponto de inflexão institucional: a possibilidade concreta de transformar práticas dispersas em ação estratégica integrada, orientada a resultados e impacto social.



PLANO DE ATUAÇÃO DO CAOEDUC

EIXO TEMÁTICO: EDUCAÇÃO

Propósito da Unidade

Fortalecer a atuação ministerial, por meio do apoio especializado e com interlocução institucional, promovendo o direito à educação, com alicerce na transparência, segurança e inclusão.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Objetivo Específico nº 1: Fortalecer a prevenção à violência escolar e a proteção integrada de estudantes, profissionais da educação e da sociedade

Soluções propostas

1. Articulação entre os órgãos do MP, os órgãos de segurança pública e a comunidade escolar

Objetivo

Fortalecer a integração entre Ministério Público, órgãos de segurança pública, Sistema de Garantia de Direitos (SGD), instituições de ensino e comunidade escolar, visando à prevenção da violência e à proteção integral no ambiente escolar.

Escopo

- Realização de reuniões periódicas entre os atores da rede de proteção.
- Formalização e acompanhamento de parcerias interinstitucionais.
- Promoção de encontros regionais com gestores escolares, conselhos tutelares, forças de segurança e demais parceiros.
- Sensibilização da comunidade escolar para enfrentamento da influência de facções criminosas e da cultura do silêncio.

Indicadores de Resultado

- Número de municípios/escolas com rede intersetorial formalmente constituída.
- Número de reuniões ou encontros interinstitucionais realizados por ano.

2. Articulação do CAOEDUC com outras entidades

Objetivo

Promover o alinhamento e a cooperação entre os atores responsáveis pela prevenção e resposta às situações de violência escolar, ampliando a capacidade de atuação coordenada da rede de proteção.

Escopo

- Articulação com órgãos que integram o Sistema de Garantia de Direitos.
- Aproximação institucional com entidades parceiras relacionadas à educação, proteção de crianças e adolescentes, segurança pública e demais áreas correlatas.
- Formalização de parcerias por meio de instrumentos próprios, incluindo ACTs.
- Realização de reuniões de alinhamento, acompanhamento e monitoramento.
- Acompanhamento da implementação dos compromissos firmados entre os parceiros.

Indicadores de Resultado

- Número de reuniões com instituições parceiras
- Número de órgãos/instituições parceiras participantes das ações e reuniões de articulação
- Número de municípios/comissões/rede escolar alcançados pelas ações articuladas de prevenção à violência escolar.

3. Fiscalizar e articular a eficiente interlocução intersetorial entre o SGD e o Programa Previne

Objetivo

Fortalecer a integração entre os órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos e as instâncias do Programa Previne, de modo a ampliar a coordenação institucional, a atuação articulada e a efetividade das políticas públicas relacionadas à prevenção e ao enfrentamento da violência escolar.

Escopo

- Fortalecer a interlocução institucional;
- Promover a integração das ações desenvolvidas pelos diferentes atores;
- Acompanhar o funcionamento e a atuação das comissões do Previne;
- Contribuir para a consolidação de fluxos de atuação e encaminhamento relacionados à violência escolar;
- Fomentar a articulação necessária à execução das ações de prevenção e proteção no ambiente escolar.

Indicadores de Resultado

- Número de comissões do Previne com atuação regular acompanhada pelo CAOEDUC

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO

- Número de encaminhamentos interinstitucionais com retorno ou providência registrada pelos órgãos integrantes do SGD.
- Número de municípios ou territórios com funcionamento efetivo da articulação entre SGD e o Previne.

4. Projeto Fala que Salva

Objetivo

Fortalecer a prevenção à violência escolar por meio da aproximação entre a comunidade escolar e os órgãos de segurança pública, promovendo ações de sensibilização, orientação e proteção voltadas a estudantes, profissionais da educação e famílias.

Escopo

- Articulação entre escolas, órgãos de segurança pública e instituições integrantes do Sistema de Garantia de Direitos.
- Realização de ações educativas e de sensibilização nas unidades escolares.
- Utilização e disseminação dos materiais produzidos pelo CAOEDUC.
- Apoio à implementação de fluxos de comunicação e encaminhamento relacionados à prevenção e ao enfrentamento da violência escolar.
- Atuação integrada com iniciativas já existentes, como o Programa Previne

Indicadores de Resultado

- Número de escolas alcançadas pelas ações do projeto.
- Quantidade de ações de sensibilização realizadas junto à comunidade escolar.
- Número de alunos alcançados pelas ações do projeto.

Objetivo Específico nº 2: Fortalecer a fiscalização preventiva e padronizada do transporte escolar

Soluções propostas

1. Celebrar acordo de cooperação técnica entre MPCE, TCE e DETRAN/CE

Objetivo

Estabelecer cooperação institucional entre MPCE, TCE e DETRAN/CE para viabilizar o compartilhamento de dados e informações sobre a frota e os condutores do transporte escolar, fortalecendo a fiscalização preventiva, a transparência e a atuação integrada dos órgãos envolvidos.

Escopo

- Formalização de instrumento de cooperação técnica entre as instituições parceiras.
- Definição de regras de governança e compartilhamento de dados.
- Disponibilização de informações da frota e dos condutores do transporte escolar aos órgãos participantes.
- Estruturação de fluxo institucional para intercâmbio e atualização periódica das informações.
- Apoio às ações de fiscalização, acompanhamento e controle do transporte escolar.

Indicadores de Resultado

- Percentual de municípios com dados da frota escolar disponibilizados e atualizados na base compartilhada.
- Quantidade de acessos ou consultas realizadas pelos órgãos parceiros aos dados compartilhados.
- Percentual de demandas de fiscalização atendidas com utilização de informações provenientes do acordo de cooperação.

2. Fluxo institucional padronizado para fiscalização e acompanhamento do transporte escolar

Objetivo

Padronizar a atuação ministerial relacionada ao transporte escolar, por meio da definição de fluxos, instrumentos e procedimentos uniformes de atuação, fortalecendo a integração entre o MPCE, o DETRAN/CE, o TCE e demais órgãos de fiscalização e controle, com vistas à melhoria da regularidade, segurança e qualidade do serviço prestado.

Escopo

- Elaboração e implementação de Manual de Atuação Ministerial sobre transporte escolar.
- Desenvolvimento de Kit de Atuação contendo modelos de procedimentos, recomendações, ofícios e peças de apoio.
- Estruturação de base de dados padronizada para registro, acompanhamento e monitoramento das informações relativas à frota, condutores e ações fiscalizatórias.
- Definição de fluxo institucional para compartilhamento de informações entre o MPCE e os órgãos parceiros.
- Padronização das comunicações institucionais e dos procedimentos de acompanhamento das vistorias realizadas pelo DETRAN/CE.
- Capacitação e orientação dos membros e servidores para utilização dos instrumentos desenvolvidos.

Indicadores de Resultado

- Percentual de unidades ministeriais que adotam os instrumentos padronizados de atuação.
- Quantidade de procedimentos, fiscalizações ou acompanhamentos realizados com utilização do fluxo institucional estabelecido.
- Percentual de municípios monitorados com informações atualizadas na base de dados padronizada.

3. Base consolidada de informações sobre frotas, condutores e inspeções veiculares por meio de Painel de Business Intelligence (BI)

Objetivo

Disponibilizar informações qualificadas, atualizadas e integradas sobre a frota de transporte escolar, seus condutores e as inspeções realizadas pelos órgãos competentes, promovendo a transparência, o controle social, a fiscalização preventiva e o aprimoramento da atuação ministerial.

Escopo

- Estruturar e disponibilizar painel de BI com integração de dados provenientes do DETRAN/CE, TCE e demais órgãos parceiros.
- Consolidar informações relativas aos veículos, condutores, vistorias, inspeções e irregularidades identificadas.
- Disponibilizar informações estratégicas para membros do MPCE e órgãos de controle.
- Implantar mecanismos de governança e atualização periódica dos dados.
- Integrar o painel a canais de comunicação e recebimento de denúncias da população.

Indicadores de Resultado

- Percentual de municípios com informações da frota escolar e dos condutores registradas e atualizadas no painel.
- Quantidade de denúncias, comunicações ou atuações fiscalizatórias subsidiadas por informações oriundas do painel.

4. Desenvolvimento de material informativo e campanhas de conscientização sobre o transporte escolar

Objetivo

Promover a conscientização da sociedade sobre a importância do transporte escolar seguro e regular, fortalecendo o controle social, ampliando o conhecimento da população sobre seus direitos e deveres e incentivando o uso dos canais de comunicação e denúncia para o enfrentamento de irregularidades.

Escopo

- Produção de materiais informativos destinados a pais, estudantes, gestores escolares, conselhos de educação e sociedade em geral.
- Realização de campanhas de comunicação e sensibilização sobre segurança e qualidade do transporte escolar.
- Divulgação de informações sobre requisitos legais para veículos e condutores do transporte escolar.
- Disseminação de dados e resultados do Projeto Rota Segura por meio de mídias institucionais e parcerias com órgãos públicos.
- Apoio à participação dos conselhos e entidades da sociedade civil no acompanhamento da prestação do serviço.

Indicadores de Resultado

- Número de materiais informativos e campanhas produzidos e divulgados.
- Alcance estimado das campanhas de conscientização (visualizações, acessos, distribuição de materiais ou público alcançado).
- Percentual de aumento das manifestações, denúncias ou comunicações da população relacionadas ao transporte escolar recebidas pelos canais institucionais.

PROGRAMA CONVERGÊNCIA

O **Programa Convergência** constitui uma estratégia institucional de atuação integrada e coordenada, destinada a mobilizar diferentes órgãos e unidades do Ministério Público em torno de temas prioritários e de elevada relevância social. Seu propósito é promover a convergência de esforços, fomentar a cooperação interinstitucional e potencializar resultados por meio da implementação de projetos e iniciativas alinhados a um objetivo comum.

Para o ciclo de 2027, o Programa Convergência elegeu como temática prioritária o **Combate às Organizações Criminosas** (ORCRIMs), em razão do crescente impacto dessas estruturas sobre a ordem pública, a administração pública, a atividade econômica e as instituições democráticas. O fenômeno da criminalidade organizada tem se tornado cada vez mais complexo, caracterizando-se pela diversificação de suas formas de atuação e pela busca de influência sobre espaços de poder político e decisório, inclusive no âmbito da educação. As iniciativas priorizadas pelo CAOEDUC apresentam significativa convergência com a temática do Programa Convergência 2027 – Combate às Organizações Criminosas, ao atuarem de forma preventiva, articulada e estruturante sobre fatores que favorecem a vulnerabilidade de crianças, adolescentes e comunidades à influência de grupos criminosos.

No eixo do Transporte Escolar, o Projeto Rota Segura, a celebração de acordos de cooperação técnica entre MPCE, TCE e DETRAN/CE, a padronização dos fluxos institucionais de fiscalização e a consolidação de bases de dados sobre frota, condutores e inspeções fortalecem a capacidade de monitoramento, transparência e controle social. Essas ações ampliam a presença institucional do Estado e contribuem para a redução de espaços de atuação de organizações criminosas em territórios vulneráveis, ao promover maior segurança na prestação de serviços públicos essenciais e estimular a integração entre órgãos de fiscalização e controle.

Já no eixo de Prevenção à Violência Escolar e Proteção Integrada, a vinculação ao Programa Convergência é ainda mais direta. As iniciativas voltadas à articulação entre Ministério Público, órgãos de segurança pública, Sistema de Garantia de Direitos e

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO

comunidade escolar enfrentam fatores associados à influência de facções criminosas no ambiente educacional. O fortalecimento do programa Previne, a ampliação da plataforma Previne Digital, a integração intersetorial e o desenvolvimento do projeto Fala que Salva contribuem para a construção de ambientes escolares mais seguros, para o fortalecimento da cultura de prevenção e para a superação da chamada “lei do silêncio”, frequentemente associada ao temor gerado pela atuação de grupos criminosos.

A aproximação entre as instituições de segurança pública e a comunidade escolar, prevista no projeto Fala que Salva, favorece a conscientização de estudantes, famílias e profissionais da educação sobre os riscos da cooptação por organizações criminosas, ao mesmo tempo em que fortalece canais de proteção, denúncia e encaminhamento. De forma complementar, a sistematização de fluxos, registros e mecanismos de interlocução entre os órgãos parceiros contribui para uma resposta mais coordenada e eficiente às situações de violência e vulnerabilidade identificadas nas escolas.

Dessa forma, as soluções propostas pelo CAOEDUC convergem com os objetivos do Programa Convergência 2027 ao promover a prevenção da violência, o fortalecimento da rede de proteção, a integração institucional, a qualificação da fiscalização e o engajamento da sociedade. Em conjunto, essas iniciativas contribuem para a redução da influência das organizações criminosas sobre crianças, adolescentes e comunidades escolares, reforçando a atuação preventiva do Ministério Público e a proteção dos direitos fundamentais relacionados à educação, à segurança e à cidadania.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO

MAPAS ESTRATÉGICOS

Mapa Estratégico Nacional



Mapa Estratégico Setorial



CONCLUSÃO

O presente Plano de Atuação consolida a visão estratégica construída pelo CAOEDUC para o fortalecimento da atuação ministerial na defesa e promoção do direito à educação, traduzindo desafios identificados em iniciativas concretas voltadas à geração de resultados para a sociedade. Fundamentado em diagnóstico participativo e alinhado ao propósito institucional da unidade, o plano estabelece diretrizes para uma atuação mais integrada, preventiva, orientada por dados e articulada com os diversos atores que compõem a rede de proteção e garantia de direitos.

As prioridades definidas evidenciam o compromisso da unidade com o enfrentamento de questões que impactam diretamente a qualidade e a segurança da educação no Estado do Ceará. No campo do transporte escolar, as soluções propostas buscam fortalecer a fiscalização preventiva, ampliar a transparência, aperfeiçoar a governança das informações e promover maior integração entre os órgãos responsáveis pelo controle e acompanhamento do serviço. Já no campo da prevenção à violência escolar, o plano prioriza o fortalecimento da articulação interinstitucional, da proteção integrada e das ações voltadas à conscientização e ao enfrentamento dos fatores que afetam a segurança e o ambiente escolar.

A vinculação das iniciativas ao Programa Convergência 2027 reforça a capacidade do CAOEDUC de contribuir para desafios institucionais de maior complexidade e relevância social, especialmente por meio de ações preventivas que fortalecem a presença do Estado, a rede de proteção e a cultura de cidadania nos territórios. Nesse contexto, o plano representa não apenas um instrumento de planejamento, mas também um compromisso com a construção de soluções coordenadas, sustentáveis e orientadas à proteção de crianças, adolescentes e comunidades escolares.

Ao consolidar objetivos, soluções, entregas e resultados esperados, este Plano de Atuação oferece um direcionamento claro para os próximos anos, servindo como referência para o acompanhamento das ações, a mobilização de parcerias e o aperfeiçoamento contínuo da atuação ministerial. Sua implementação contribuirá para fortalecer a resolutividade

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO

institucional e ampliar a capacidade do Ministério Público de gerar impacto positivo na garantia do direito à educação e na proteção dos interesses da sociedade cearense.

Documento elaborado pela SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Modernização Administrativa, com apoio de Inteligência Artificial e validado pela área.